



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
Circular nº 029/2022

Brasília (DF), 24 de janeiro de 2022.

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretores(a)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos o relatório preliminar da reunião do Pleno do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual – GTPCEGDS do ANDES-SN, realizada no dia 29 de outubro de 2021 (sexta-feira), de forma virtual na plataforma Zoom, conforme o que segue.

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.<sup>a</sup> Maria Regina de Avila Moreira  
Secretária-Geral



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior  
**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO PLENO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS  
DE CLASSE QUESTÕES ETNICORRACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL –  
GTPCEGDS DO ANDES-SN**

**Data:** 29 de outubro de 2021 (sexta-feira) pela Plataforma Zoom

**Horário:** 14h às 18h30 (horário de Brasília)

**Pauta:**

1. Painel: “A luta da Comunidade surda no contexto da Lei 14191/21”. Atividade realizada em conjunto com do GTPE, que fez parte do primeiro momento da Reunião do Pleno;
2. Informes Nacionais;
3. Informes das Seções Sindicais: deverão que foram enviados para a secretaria do ANDES-SN até a data de 28 de outubro de 2021;
4. Deliberações do 12º CONAD Extraordinário;
5. Novembro negro;
6. Ações de combate ao capacitismo;
7. Ações de combate ao assédio;
8. Encaminhamentos.

Conforme Circular nº 391/2021 do dia 18 de outubro de 2021 foi convocado o Pleno do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe Questões Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual – GTPCEGDS do ANDES-SN, que ocorreu no dia 29 de outubro de 2021 (sexta-feira). Ainda considerando a situação imposta ao país pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e as diversas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de demais autoridades sanitárias, a reunião ocorreu em plataforma *on-line*, no horário das 14h às 18h30 (horário de Brasília).

**1. Painel: “A luta da Comunidade surda no contexto da Lei 14191/21”. Atividade realizada em conjunto com do GTPE, que fez parte do primeiro momento da Reunião do Pleno**

A atividade foi coordenada pelas coordenadoras dos GTs envolvidos: Neila (GTPE) e Ana Paula (GTPCEDS). A exposição foi apresentada pelas convidadas, professora Flaviane Reis da

2



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professora Reinalda Oliveira (ADUSB e Regional Nordeste III/ANDES SN), devido o término do tempo definido inicialmente e com a impossibilidade da interprete de libras estender sua participação no evento, encerramos indicando a necessidade de darmos continuidade nesse importante.

O segundo momento da reunião dos Plenos houve encaminhamento pela divisão do(a)s representantes das seções sindicais conforme cada GT envolvido no Painel em salas virtuais diferentes para que tratassem das suas especificidades, assim o trabalho do GTPCEGDS se deu da seguinte forma:

## **2. Informes Nacionais**

- a) Jornada de Lutas contra a PEC 32;
- b) Campanha Fazer Valer a Efetiva Implementação das Leis 10.693-2003 e 11.645-2008;
- c) Camapnha Nacional em Defesa da Educação Pública.

## **3. Informes das Seções**

Publicado em anexo.

## **4. Deliberações do 12º CONAD**

O terceiro momento da reunião do Pleno se deu pelo encaminhamento das pautas discutidas:

- Que no Novembro Negro sejam realizadas ações na perspectivada interseccionalidade;
- Que realizemos Live que trate da temática da Luta contra o Capacitismo - se possível (03/12 - Dia Internacional da Pessoa com Deficiência);
- Que emitamos Nota de Repudio ao Assédio sofrido pela profª Clarianna (ADUFMAT);
- Que realizemos outro Painel no âmbito do GTPCEGDS e GTPE, para apresentação e debate sobre a luta das pessoas com deficiência e a luta anticapacitismo, destacando as deliberações e ações do ANDES-SN alinhadas a estas bandeiras de luta.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Com estas propostas de encaminhamento o GT aprovou por unanimidade as proposições que serão executadas pela coordenação do GT com o apoio das seções sindicais. Assim demos por encerrados os trabalhos do Pleno do GT no horário das 18 horas.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO I

### PRESENTES NA REUNIÃO

#### **Presentes Diretoria Nacional:**

Ana Paula Santiago

Joselene Mota

Rosineide Freitas

Zuleide Queiroz

#### **Presentes Seções Sindicais:**

ADESFAETEC: Selma Maria

ADUFMAT-SSIND: Clarianna Martins

ADUFOP: Erika Cardoso e Joana Ferreira

ADUFRJ: Marinalva Silva Oliveira

ADUFU: Elenita Pinheiro

ADUNEB-Ss: Irenilza Oliveira e Marluce de Santana

ADUNEMAT: Thiélide verônica da Silva

ADUR-RJ: Fabrícia Vellasquez e Luciana Nobrega

ADUSB: Sandra Cristina

ADUSP: Annie Schmaltz Hsiou e Celso Eduardo Lins

ANDES RS: Liliane Giordani

SEDUFMS: Ascisio Dos Reis e Giulina Redin

SEDUFMS: Laura Regina

SESUNIPAMPA: Suzana Cavalheiro de Jesus

#### **Convidado(a)s:**

Profª. Patricia Luiza Ferreira Rezende Curione - Professora do Ensino Superior do INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos;

Profª Flaviane Reis – Universidade Federal de Uberlândia - UFU e Profª Reinalda Oliveira – ADUSB e Regional Nordeste III/ANDES SN



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

## ANEXO II

### INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS

#### SESUNIPAMPA

Informes prestados por: Diretoria da Seção Sindical

Segundo servidora do NInA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade), o orçamento do Núcleo tem sido reduzido gradativamente nos últimos anos. Em declaração, ela afirma que “em 2019, o recurso anual do NInA foi de aproximadamente R\$ 70.000,00. Em 2021, o recurso do NInA está dentro de um recurso maior que é o da ADAFI. Porém, estima-se que o recurso que está liberado para o NInA é de aproximadamente 50% menor, se comparado com 2019. Ainda há um recurso para contratação terceirizada que ainda está bloqueado, sem previsão e disponibilidade”. A falta de transparência nos processos de uma instituição pública e a redução de verbas para políticas de ações afirmativas são os principais problemas a serem enfrentados. Primeiro, o acesso à informação, além de ser um direito, é mecanismo essencial para conhecimento da estrutura da universidade para que se saiba em que medida a instituição está apta para receber pessoas com deficiência e oferecer a elas as condições adequadas para desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Segundo o compromisso do Ministério da Educação e do Governo Federal em destinar verbas que atendam às demandas com ações efetivas.

Para mais informações, acessar matéria elaborada pela Comunicação da seção em <https://www.sesunipampa.com.br/post/precariedade-das-pol%C3%ADticas-de-acessibilidade-da-unipampa-aumenta-com-os-cortes-or%C3%A7ament%C3%A1rios>